



*e benfeitorias existentes.*

*3. Ocorre que a Lei n.º 2.845, de 20 de junho de 2013, erroneamente não revogou a doação e de forma equivocada autorizou o Município a adquirir o imóvel, quando na realidade os valores pagos foram a título de indenização pelas benfeitorias.*

*4. Desta feita para que o Município receba a escritura e promova o registro do imóvel faz-se necessário a alteração da Lei 2.845, de 2013.*

Desta forma, como o objetivo do Projeto é alterar a Lei n.º 2.845, de 20 de junho de 2013, para constar “indenização das benfeitorias” ao invés de “adquirir o imóvel”, assim como está previsto no artigo 1º, necessária se faz a Emenda n.º 2 que dá nova redação à ementa da Lei n.º 2.845, de 2013, para constar, de modo conciso, a alteração constante do artigo 1º também na ementa do Projeto.

Diante disso, a Emenda n.º 2 atende ao que prescreve o Regimento Interno, nos seguintes termos:

*Art. 235. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo.*

*(...)*

*§ 3º Aditiva é a emenda que visa acrescentar dispositivo.*

*§ 4º Emenda de redação é a que objetiva sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.*

*Art. 236. A emenda, quanto à sua iniciativa, é:*

*I - de Vereador;*

*Art. 238. A emenda será admitida:*

*I - se pertinente à matéria contida na proposição principal; e*

*II - se incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de matéria correlata, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterarem outros dispositivos.*

*Parágrafo único. As emendas apresentadas, em primeiro e segundo turno, serão enviadas, juntamente com a matéria principal, à apreciação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, devendo ser observado o prazo previsto no inciso II do artigo 133 desta Resolução para a emissão do parecer.*

Sem mais para o momento, passa-se á conclusão.

### **3. Conclusão:**

Ante o exposto, voto pela aprovação da Emenda n.º 2 ao Projeto de Lei n.º 10/2021.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 24 de maio de 2021.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO  
Relatora Designada